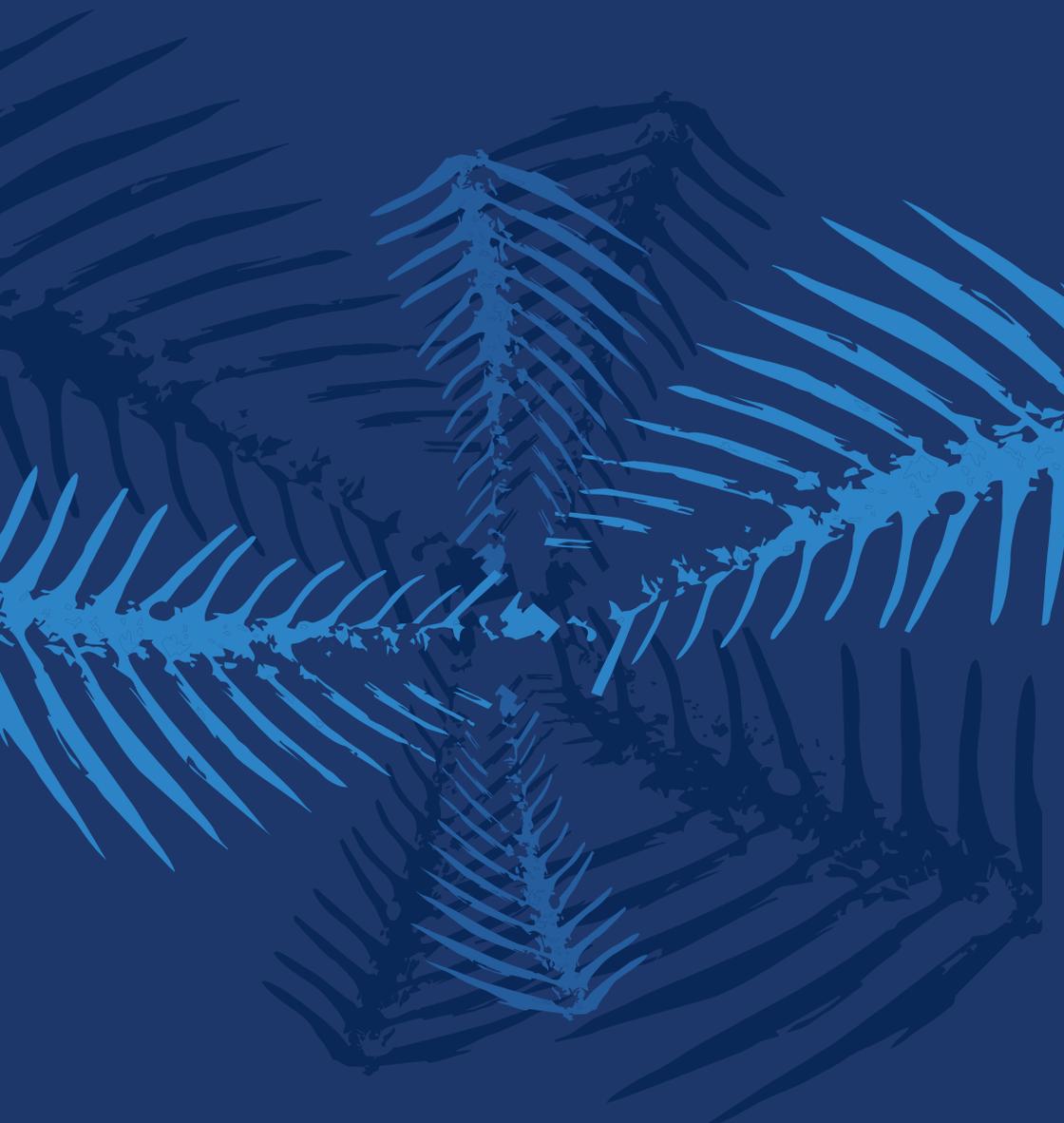


ARTIGO¹⁹

REDES COMUNITÁRIAS

MANUAL DE OFICINAS

1



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Redes comunitárias [livro eletrônico] : manual de oficinas
/[coordenação Paulo José Lara, Rafaela Alcântara].
-- São Paulo, SP: ARTIGO 19, 2022. --(Cadernos de
redes comunitárias : 1) PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-89389-07-1

1. Comunicação e cultura 2. Comunicações
digitais - Aspectos sociais 3. Democracia
4. Desenvolvimento social 5. Inovações tecnológicas
6. Mudança social 7. Sociedade da informação
8. Tecnologia e civilização I. Lara, Paulo José.
II. Alcântara, Rafaela. III. Série.

22-106278

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicações digitais : Desenvolvimento local :
Políticas de desenvolvimento 338.9
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Para trocar ideias, dialogar ou
tirar dúvidas sobre o processo
de implementação de
Redes Comunitárias, a
ARTIGO 19 está disponível
nos seguintes contatos:

-  artigo19.org
-  [@artigo19](https://www.instagram.com/artigo19)
-  [@artigo19](https://twitter.com/artigo19)
-  [@artigo19brasil](https://www.facebook.com/artigo19brasil)
-  comunicacao@artigo19.org

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que a **ARTIGO 19** Brasil e América do Sul apresenta estes “Cadernos de Redes Comunitárias”, que se dedicam, sob uma perspectiva tecnopolítica, a diversos aspectos do planejamento e do desenvolvimento de redes de comunicação digital para o desenvolvimento local. Eles correspondem à expansão e atualização do guia “Como Montar e Regularizar um Provedor Comunitário”, elaborado em 2017 pela ARTIGO 19 em parceria com o Instituto Bem Estar Brasil e a Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid).

Essa contribuição da **ARTIGO 19** representa a sistematização dos últimos 5 anos de atuação no contexto do apoio a iniciativas independentes de conectividade e apropriação tecnológica comunitária. Desde 2016, uma série de oficinas, produtos e atividades, incluindo debates em âmbito internacional, foram viabilizados pela ARTIGO 19 em conjunto com várias organizações e comunidades em diversas regiões do Brasil. Em 2018, o trabalho da ARTIGO 19 com Redes Comunitárias foi premiado pelo Registro de Direcciones de Internet de América Latina y Caribe (Lacnic), por meio do fundo FRIDA. Em 2019, no âmbito do projeto HIVOS - All Eyes in the Amazon, a organização iniciou uma série de atividades também relacionadas ao tema da conectividade comunitária, através de uma chamada para o desenvolvimento de Redes Comunitárias com grupos na região amazônica, uma atividade que se estendeu até setembro de 2021. Neste caminho, diversas pessoas, organizações e comunidades colaboraram para o desenvolvimento dos projetos, e somos extremamente gratos a todas elas pelo suporte e pelo trabalho na área.

Estes Cadernos são voltados a organizações, grupos, coletivos e comunidades que desejam se iniciar ou se aprofundar no tema das Redes Comunitárias sob uma perspectiva prática de formação, planejamento, sustentabilidade, desenvolvimento e manutenção. Dadas a complexidade do tema e a variedade de aspectos que compreendem a montagem de uma rede, não pretendemos, com esta publicação, esgotar o assunto nem considerá-la um produto definitivo. Reforçamos sempre a importância de realizarem-se pesquisas e parcerias para o bom desenvolvimento das iniciativas, incluindo mais políticas públicas de conectividade, maior participação da iniciativa privada e maior engajamento da sociedade civil no sentido de oferecer conhecimento, tecnologias e apoio a territórios e comunidades vulneráveis que precisam de apropriação tecnológica e meios de comunicação autônomos voltados para o seu desenvolvimento e as suas necessidades. Estes cadernos são, portanto, uma contribuição para que mais agentes possam conhecer e reforçar a luta pela liberdade de expressão e pelo acesso à informação no campo da conectividade digital.

Cada um dos cadernos aborda um eixo cuja compreensão é importante para se implementar um projeto de Rede Comunitária. Os cinco volumes estão divididos tematicamente em “Manual de Oficinas”, “Planejamento”, “Políticas Públicas”, “Aspectos Técnicos” e “Regularização”. Trata-se de 5 linhas de atuação da ARTIGO 19 que consideramos fundamentais para o conhecimento do tema. Há também um Anexo, no qual são elencados parâmetros internacionais que servem de referência para a promoção das Redes Comunitárias.

1

CADERNO

Manual de Oficinas apresenta os procedimentos de atuação da ARTIGO 19 ao promover oficinas de montagem de Redes Comunitárias. Como essa metodologia vem sendo retroalimentada e aperfeiçoada ao longo dos anos, a intenção é que o caderno possa funcionar como referência e/ou inspiração para grupos que desejem implementar projetos dessa natureza. Nesse volume constam, por exemplo, pilares que consideramos fundamentais para qualquer projeto de Rede Comunitária, quais sejam: auto-gestão, apropriação tecnológica, benefício comunitário comum, ausência de fins lucrativos e inclusão e não discriminação. Além disso, o documento dispõe sobre as duas partes principais nas quais as oficinas propostas se dividem:

(i) aspectos teóricos e sociopolíticos introdutórios sobre as tecnologias de Redes Comunitárias e (ii) montagem da rede, que aborda aspectos práticos da instalação, os equipamentos necessários e os conceitos sobre redes sem fio.

2

CADERNO

Planejamento tem a intenção de facilitar a conexão entre ideias e pressupostos de uma Rede Comunitária, e as necessidades de preparação e entendimento sobre como desenvolver o projeto em determinada comunidade. Apontamos, assim, pressupostos, possibilidades e utilidades do uso de uma rede desse tipo em determinado território. Como forma de referência e inspiração, o volume apresenta, de forma breve, o exemplo do Projeto Marrecas, iniciado em 2010, no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Finalmente, o volume ressalta pontos básicos que devem ser considerados por aqueles e aquelas que pretendem implementar o projeto de uma Rede Comunitária, que incluem desde maneiras de organização interna e divisão de tarefas e responsabilidades até a questão da sustentabilidade financeira da rede.

3

CADERNO

Políticas Públicas articula o debate sobre esse tipo de projeto com a necessária promoção da conectividade pelo poder público para que se fomente, no Brasil, o acesso à internet como um direito que possa ser exercido por todas as pessoas no sentido do desenvolvimento comum de suas localidades. Desse modo, esse caderno defende que as Redes Comunitárias são um elemento importante para o exercício de direitos, elenca as normas vigentes aplicáveis às redes e aponta as lacunas existentes nessa esfera, além de apresentar uma série de recomendações a agentes relevantes das políticas tecnológicas brasileiras para que se aperfeiçoem as condições de atuação das Redes Comunitárias.

4

CADERNO

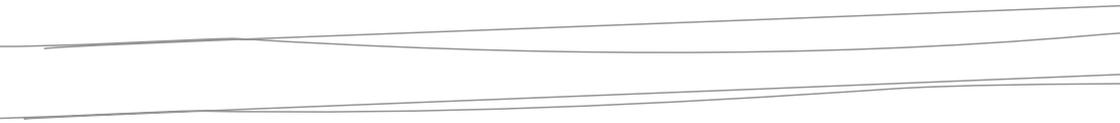
Aspectos Técnicos propõe-se a explicar, de maneira introdutória, quais são os principais elementos tecnológicos da infraestrutura necessária para a montagem de uma Rede Comunitária. Nesse contexto, primeiramente trata de noções básicas de redes de comunicação e oferece ao leitor um glossário com

significados de termos e equipamentos que se fazem essenciais para a compreensão. Posteriormente, são descritos os componentes básicos de sistemas de trocas informáticas para a montagem de uma estrutura de rede, as topologias e os modos de conexão entre equipamentos e, por fim, é sugerido um passo a passo em cinco etapas para começar o projeto.

5

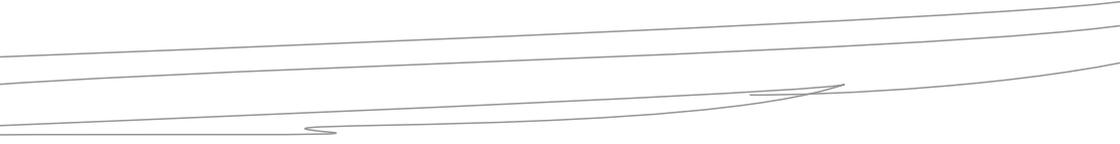
CADERNO

Regularização apresenta um passo a passo para que a Rede Comunitária exerça suas atividades dentro das condições jurídicas mais seguras possíveis, e em conformidade com as normativas da Anatel. Além de explicar o regime jurídico sob o qual as redes podem atuar com maior tranquilidade, esse volume ainda disponibiliza um roteiro detalhado e ilustrado de como a rede pode ser corretamente credenciada na agência. Levantamos também um debate sobre a insegurança jurídica que pode recair sobre a execução de projetos de Redes Comunitárias e problematizamos a desproporcionalidade da eventual criminalização de atividades desse tipo.



Levando em consideração que o desenvolvimento de uma Rede Comunitária é uma iniciativa conectada às especificidades de cada território e inserida em um ambiente propenso a mudanças conjunturais, há que notar a necessidade de (re)adaptação e contextualização. Deste modo, os cadernos aqui apresentados têm a intenção de oferecer elementos gerais para uma sistematização particular de aspectos relevantes para o desenvolvimento de Redes Comunitárias.

De maneira mais abrangente, os cadernos almejam contribuir para a democratização do conhecimento sobre aspectos gerais de planejamento, montagem, desenvolvimento e regularização de uma Rede Comunitária e para a promoção da



liberdade de expressão e do acesso à informação, ao mesmo tempo que fomentam o desenvolvimento e o fortalecimento dos territórios, organizações e comunidades e introduzem aspectos relativos à apropriação tecnológica para o desenvolvimento social.

Esperamos que a leitura deste material e a consulta a ele sejam frutíferas, que seu conteúdo seja útil para a compreensão e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura para comunicação digital e que sirva às necessidades e aos anseios das localidades. Colocamo-nos à disposição para conversar sobre o tema, oferecer apoio e ajudar no que for possível no desenvolvimento de ações dessa natureza.

Boa Leitura!
São Paulo, outubro de 2021





1

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs), a ARTIGO 19 promove oficinas de montagem de Redes Comunitárias em diversos locais do Brasil e em eventos internacionais. Trabalhamos com diferentes grupos de pessoas e organizações para incentivar a formação dessas redes, sendo nossa prioridade chegar até aqueles com pouco ou nenhum acesso à internet e que, de alguma forma, têm um histórico de luta na defesa dos direitos humanos e pela liberdade de expressão.

A Rede Comunitária pode tanto estabelecer uma conexão à internet como funcionar como rede de troca e comunicação somente no local em que foi instalada, conectando os moradores e moradoras de uma região uns aos outros e a instituições locais, como escolas, centros comunitários e culturais, por exemplo. A decisão de conectá-la à internet ou não é do grupo e deve partir da análise do contexto local.

Existem, na visão da ARTIGO 19, cinco pilares importantes para qualquer projeto de Redes Comunitárias, quais sejam:

1 Autogestão: a principal característica deste projeto é que cada comunidade deve encontrar sua própria maneira de construir e gerenciar uma Rede Comunitária. A rede não pode ser propriedade de pessoas alheias ao contexto local, nem servir para diferenciar as pessoas dentro da comunidade: trata-se de um esforço coletivo e de uma ferramenta que deve fortalecer as ações de interesse comum. A comunidade deve encontrar entre seus membros aqueles/as que podem exercer as diferentes funções necessárias para a instalação e a manutenção da rede, como as responsabilidades administrativas, financeiras e técnicas. A autogestão é fundamental para a sustentabilidade da Rede Comunitária em longo prazo. Além disso, é importante que o envolvimento com a rede gere engajamento de novas pessoas com projetos relevantes para a comunidade.

2 Apropriação tecnológica: os membros da comunidade ou grupo que se propôs a construir a rede devem se apropriar do conhecimento sobre as tecnologias utilizadas. A relação desenvolvida entre as pessoas e a tecnologia pode ir além da de um usuário comum de internet, sendo mais crítica e utilizando o conhecimento tecnológico para benefício comum, por exemplo. Além do uso dos computadores, as pessoas serão capazes

de entender os processos por trás da infraestrutura de uma rede de computadores. Para isso, é desejável a busca de parcerias com organizações, universidades, escolas técnicas e outros grupos com conhecimento técnico.

3 Benefício comunitário comum: uma Rede Comunitária não deve ser vista como substituta do serviço da internet. Na visão da ARTIGO 19, ela é uma alternativa complementar e um modelo inovador para prover benefícios para grupos que são impactados pela exclusão digital e por conflitos sociais. O foco, portanto, se desenvolve no sentido de fortalecer o senso comunitário, conhecer tecnologias de conectividade e usar essa arquitetura para fortalecimento das demandas e necessidades da comunidade. Seja em áreas rurais e remotas ou em áreas da periferia urbana, o propósito principal é a busca pelo fortalecimento e pela melhoria das comunidades por meio do uso das tecnologias da informação e não somente o provimento de serviço de conexão à internet.

4 Não ter fins lucrativos: apesar de uma Rede Comunitária poder exercer atividades econômicas e buscar sua autonomia financeira, o lucro individual ou de um grupo não deve ser o objetivo do projeto. Os fundos acumulados devem servir para a manutenção da rede estabelecida, a realização de atividades comunitárias, o pagamento de serviços técnicos necessários, a compra ou a atualização de equipamentos e produtos, a ampliação do alcance da rede e outras aquisições relevantes para o projeto comunitário.

5 Inclusão e não discriminação: o projeto tem por intenção disseminar o modelo de Redes Comunitárias entre as comunidades que estão em situação de exclusão digital. Estas, geralmente, são as comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos ou que ficam às margens de grandes cidades, com dificuldade de acesso a serviços e direitos. Igualmente, a participação no planejamento, na montagem e no usufruto da rede deve ser aberta, sem nenhuma discriminação de raça, credo, gênero, condição econômica ou orientação política.

Nossas atividades têm um caráter de instrução e capacitação, ou seja, nosso objetivo é introduzir o tema e possibilitar que grupos de diferentes localidades e comunidades tenham todas as informações, meios e canais para que iniciem um projeto de organização e implementação de uma Rede Comunitária.

Normalmente, as oficinas são atividades de três dias inteiros. Dois/duas representantes da ARTIGO 19 são responsáveis pela execução das atividades, sendo que uma dessas pessoas fica a cargo da apresentação do projeto, de aspectos de administração e de princípios organizacionais das Redes Comunitárias, enquanto a outra fica responsável pela explicação da parte técnica, na qual são apresentados os equipamentos necessários e todo o processo de configuração de uma rede. Com a pandemia de Covid-19, porém, os encontros presenciais foram suspensos e buscamos formas de realizar as oficinas por meio de uma plataforma de ensino a distância. O material desenvolvido para essas oficinas remotas está disponível também junto com estes cadernos, e os princípios e os tópicos abordados em todas as atividades permanecem os mesmos.

2

ASPECTOS TEÓRICOS
SOBRE **REDES COMUNITÁRIAS**



O primeiro dia das oficinas normalmente é uma apresentação dos/as envolvidos/as no projeto e conta com atividades e dinâmicas para o conhecimento das pessoas, dos locais, dos contextos e das expectativas. É importante o processo de escuta, de visão comunitária e de interação entre os/as participantes para que se crie um ambiente de confiança, aberto e acolhedor para discussões sobre o planejamento das atividades.

Igualmente, abordamos aspectos relevantes da nossa atuação institucional, como a missão da ARTIGO 19 em defender a liberdade de expressão, o acesso à informação e os demais direitos humanos. Neste sentido, são apresentados princípios que envolvem a luta por mais direitos, por cidadania e pela transformação social por meio de uma interação saudável com as tecnologias.

O segundo dia da oficina tem um foco teórico e apresenta os conceitos de funcionamento de uma Rede Comunitária. Abordam-se aspectos iniciais de organização e manutenção da rede, respondendo a questões como:

- Do que se trata uma Rede Comunitária?
- Quais as vantagens de se conectar ou não à internet?
- Como a comunidade pode se organizar para iniciar o projeto?
- Quais são os objetivos com a rede?
- Quem estará envolvido/a no projeto?
- Como encontrar uma localidade de atendimento e instalação da rede?
- Como sustentá-la?
- Como regularizá-la?
- O que é necessário para montá-la?

A ideia é possibilitar que os participantes compreendam os potenciais e limites de projetos de Redes Comunitárias. Todas as questões expostas acima são trabalhadas nos volumes seguintes destes Cadernos de Redes Comunitárias.

A diversidade dos grupos atendidos e de seus objetivos com uma Rede Comunitária requer que o trabalho de organização das oficinas se adapte a cada situação. Antes da chegada ao local da oficina, é feita uma análise do contexto por parte da ARTIGO 19, de forma a direcionar os conteúdos que serão apresentados durante a formação. Portanto, o diálogo com o grupo se inicia semanas ou até meses antes da realização da oficina. Durante esse período e no primeiro dia da oficina, buscam-se recolher informações relativas a:

1

OBJETIVOS DO GRUPO COM A MONTAGEM DA REDE

Uma Rede Comunitária pode servir aos mais diversos propósitos e/ou necessidades de um grupo de pessoas. Para alguns, a rede poderá ser um modelo de conexão à internet mais econômico; para outros, um canal próprio de comunicação sem acesso à internet, ou ainda um meio de troca de informações e conhecimentos produzidos na localidade. A ideia é apresentar possibilidades técnicas e combiná-las aos desejos do grupo.

2

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS E DE RELEVO DO LOCAL PRETENDIDO PARA A INSTALAÇÃO

Para a montagem de uma rede, é necessário realizar uma análise detalhada do local em que os equipamentos serão instalados para que a funcionalidade da rede seja a melhor possível. Por essa razão, mesmo antes da chegada ao local, a ARTIGO 19 requisita ao grupo que receberá a atividade informações sobre características de relevo da região.

3

CONDIÇÕES DE PROVIMENTO DE INTERNET DE BANDA LARGA NA REGIÃO

Se a intenção for a conexão à internet, a ARTIGO 19 pesquisa, com os representantes do grupo, opções para a contratação de um link de internet antes da realização da oficina.

4

CARACTERÍSTICAS
DAS EDIFICAÇÕES QUE
COMPORTARÃO OS
EQUIPAMENTOS
NECESSÁRIOS, COMO
**COMPUTADOR
SERVIDOR,
ROTEADORES
E ANTENAS**

Antes da oficina, a ARTIGO 19 analisa as plantas ou outros documentos das edificações que abrigarão os equipamentos da rede, para determinar a melhor localização para o servidor e os roteadores da rede.

5

NÚMERO
DE **PESSOAS**
ENVOLVIDAS
NO PROJETO
E COMO PODEM
AUXILIAR NA
IMPLEMENTAÇÃO

Aqui, busca-se compreender a realidade local, se há lideranças comunitárias, comerciantes locais, técnicos/as de informática, pessoas com inserção no poder público, membros de organizações não governamentais, provedores de internet locais. Perfis como esses, entre outros, podem facilitar a implementação da rede das mais diversas maneiras (auxílio financeiro, mão de obra, convênios com o setor público, projetos sociais etc.).

6

MODO DE ORGANIZAÇÃO PARA A CRIAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA REDE COMUNITÁRIA

A ARTIGO 19 recomenda que seja estabelecida uma associação para a criação da rede (ou que ela seja desenvolvida por uma associação já existente), de modo a facilitar a divisão dos custos de instalação e manutenção e manter um ambiente em que as decisões sobre os rumos do provedor sejam tomadas coletivamente, bem como evitar uma possível personalização do esforço coletivo. Mais informações sobre a criação de uma associação podem ser encontradas no volume “Planejamento” dos Cadernos de Redes Comunitárias.

Após a apresentação dos aspectos teóricos, de planejamento e sustentabilidade da Rede Comunitária, a ARTIGO 19 promove uma discussão entre os/as participantes sobre suas impressões, planos e comentários sobre a primeira parte da oficina.



MONTANDO A **REDE**

3

No segundo e no terceiro dias da oficina são realizadas atividades que combinam teoria e prática. O passo a passo da instalação está disponível no volume “Aspectos Técnicos” dos Cadernos de Redes Comunitárias. Aqui, realiza-se uma descrição de como as atividades serão desenvolvidas no decorrer da oficina.

A ARTIGO 19 conta com um kit básico de montagem de uma Rede Comunitária que leva a todas as oficinas e que possibilita a capacitação prática, independentemente de o grupo já ter conseguido comprar os equipamentos próprios ou não.

Durante essas atividades, os participantes terão acesso a diversos conteúdos, tais como:

1 **QUAIS** **EQUIPAMENTOS** **SÃO NECESSÁRIOS** **PARA FAZER A** **REDE FUNCIONAR?**

Roteadores, servidores, antenas direcionais, cabos de rede, fibra óptica, switches, são todos nomes de equipamentos que podem ser necessários para o funcionamento de uma Rede Comunitária. Esses equipamentos estão explicados no volume “Aspectos Técnicos” desta publicação.

2

QUAIS CONCEITOS
DE REDES SEM FIO
SÃO IMPORTANTES
PARA MELHOR
COMPREENDER A
FUNCIONALIDADE
DO SERVIÇO?

São apresentados conceitos básicos de redes informáticas, possíveis topologias de rede e conceitos básicos de seus funcionamentos.

3

INSTALAÇÃO E
CONFIGURAÇÃO
DO SISTEMA DOS
DISPOSITIVOS
DE REDE

Em um terceiro ponto, o facilitador apresentará o sistema (a integração entre softwares e firmwares) necessário para a montagem da rede e realizará todos os procedimentos elementares junto com os participantes, de modo que todos os roteadores e o servidor passem a constituir uma rede funcional.

4

INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS E APLICATIVOS LOCAIS

Assim que a rede se tornar funcional, o facilitador apresentará uma série de aplicações passíveis de serem instaladas, como, por exemplo, ferramentas para trocas de mensagem, armazenamento de arquivos compartilhados, redes sociais, redes de trocas, ambiente de formação online, ferramentas para a realização de chamadas telefônicas (VoIP) etc.

Em suma, o principal objetivo dessa segunda parte da oficina é propiciar uma aprendizagem direta dos/as participantes, de modo que o facilitador demonstre os procedimentos de maneira inicial e, posteriormente, instrua os/as participantes a realizar os procedimentos por si mesmos/as.



4

PRINCÍPIOS

A partir das oficinas de montagem de Redes Comunitárias, a ARTIGO 19 visa trabalhar junto com as comunidades, instruí-las e capacitá-las para que possam fortalecer as relações comunitárias e o território por meio da liberdade de expressão e das tecnologias digitais. Nosso objetivo é compartilhar com elas todas as informações necessárias para que sejam autossuficientes no planejamento e na manutenção dessas redes e, assim, consigam fortalecer suas lutas, demandas e direitos.

Em nossos princípios, reproduzidos nas atividades, apoiamos o cuidado com as diferenças e a promoção da igualdade dentro da diversidade, fortalecendo a equidade de gênero, raça e classe, além de promover os princípios de direitos humanos como referência central para a busca da transformação social.

A ARTIGO 19 disponibiliza os equipamentos próprios para demonstrar aos participantes os detalhes da configuração e da montagem da rede, propiciando a experiência prática já no primeiro contato com o tema. Assim, esperamos que as pessoas sejam estimuladas a prosseguir com o projeto de instalação de uma Rede Comunitária em suas localidades.

O material a seguir é o compilado das informações que são oferecidas nas redes, dividido em cadernos temáticos, compreendendo as fases de “Planejamento”, “Regularização”, “Aspectos Técnicos” e “Políticas Públicas”, além do material do curso a distância preparado por nós, em que se podem encontrar materiais e atividades relacionados à instalação de Redes Comunitárias. Esperamos que tenham uma boa leitura e que aproveitem o material.

ARTIGO 19 Brasil e América do Sul

Diretora Regional
Denise Dourado Dora

Realização
ARTIGO 19

Coordenação

Paulo José Lara
Rafaela Alcântara

Pesquisa e Texto

Arthur Massuda
Elora Fernandes
Hiure Queiroz
Laura Tresca
Marcelo Blanco
Marcelo Saldanha
Nieremberg Jose Pereira de Lyra Ramos
Paulo José Lara
Rafaela Alcântara
Thiago Paixão

Revisão

Elora Fernandes
Luana Almeida
Lygia Roncel
Paulo José Lara
Rafaela Alcântara

Colaboração

Bruna Zanolli
Cleber Tinoco
Cristiana Gonzales
Flávia Lefèvre
Gustavo Araújo
José Gabriel Peixoto Rodrigues
Juliana Novaes
Luiz Eduardo Neto
Luiz Pierin
Mariana Rielli
Nilza Portela
Percival Henriques de Souza
Rafael Diniz
Rodrigo Bortolini Troian

Projeto Gráfico

Beatriz Canozzi Conceição
Vinicius Souza

Esta publicação foi elaborada com base no guia “Como Montar e Regularizar um Provedor Comunitário”, de autoria da ARTIGO 19, Instituto Bem-Estar Brasil e ANID Associação Nacional para Inclusão Digital, supervisionada por Paula Martins e coordenada por Laura Tresca e Camila Marques em 2017.

Esta publicação conta com o apoio da **Hivos, Fundação Ford e Open Society Foundations**, a quem agradecemos a confiança e parceria. OUTUBRO 2021

Licença: Creative Commons-3.0